



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

5 DE JANEIRO DE 1978.

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO, A COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DA ARENA, SUBMETENDO O NOME DE JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO COMO CANDIDATO A PRESIDENCIA DA REPÚBLICA.

Senhores

Pedi o comparecimento, hoje neste Palácio, da Comissão Executiva de nosso Partido para, por seu intermédio, encaminhar, junto à ARENA, a solução que me parece mais adequada para o problema sucessório presidencial.

Tomo esta iniciativa e faço esta comunicação tendo em vista várias circunstâncias.

Em primeiro lugar, acho que o fato de ser membro da ARENA e seu Presidente honorário me dá uma determinada autoridade e, ao lado dela, uma boa soma de responsabilidade. Faço-o, também, como principal responsável, nesta fase de meu Governo, pelos caminhos da nossa Revolução de 1964. Cabe a mim, por força de função, definir a trajetória que a nossa Revolução vai seguir daqui por diante. É, pois, revestido desses dois atributos e das responsabilidades que me correspondem que lhes falo hoje, no encaminhamento do problema sucessório.

Evitei que esse problema se desencadeasse prematuramente. Em discurso que dirigi aos Oficiais Gerais das Forças Armadas em fins de 1976, disse a eles que o problema não deveria ser tratado

prematuramente como tem sido vezo em nosso País, sobretudo pelo divisionismo que provocaria e pela perturbação que causaria à administração pública, ao encaminhamento e à solução dos negócios que interessam diretamente à vida do País. Nessa mesma oportunidade, observei que, quando fosse o momento, tomaria a mim a responsabilidade de conduzir o problema.

Mais adiante, afirmei que o problema começaria a se desenvolver a partir de janeiro. É o que está realmente agora ocorrendo. Isto não quer dizer que no meu espírito, como no espírito dos senhores e dos demais brasileiros responsáveis, o problema não tenha estado presente há bastante tempo.

Há bastante tempo que penso nele, que dele trato intimamente, ouvindo o que os outros dizem, muitas vezes conversando e refletindo sobre aquilo que o Brasil é, aquilo que o Brasil vai ser, a fase que ele vai atravessar nos próximos anos, para ver quais os homens mais indicados e que melhor poderão conduzir o Brasil a seu grande destino.

Em decorrência desse trabalho e tendo chegado já o mês de janeiro de 78, creio que está na hora de abordar o problema, mesmo porque dele dependem os problemas que vamos ter que resolver nos quadros estaduais. Nós temos eleições para Governadores, para Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e esses problemas se entrosam e se relacionam com o problema sucessório presidencial. Retardar mais ainda esse problema viria prejudicar o andamento das questões estaduais. Acho,

pois, que o momento é oportuno e que cabe a mim a responsabilidade de deflagrá-lo. Esta é a hora que me parece oportuna para fazê-lo.

Dos nomes que pude examinar, submeto à Comissão Executiva e, por seu intermédio, ao Partido, para que oportunamente sejam levados à Convenção, como candidatos à Presidência da República, o Excelentíssimo Senhor General João Baptista de Oliveira Figueiredo e, para a Vice-Presidência, nosso ilustre amigo, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves. Tenho certeza de que esses dois nomes, pelas qualidades que eles já revelaram ao longo de suas vidas, constituem para nós e para o nosso Partido uma garantia de êxito. O General Figueiredo é um nome consagrado dentro das Forças Armadas. No Exército, sempre teve uma atuação brilhante, é um Revolucionário da primeira hora, um homem de sentido altamente humano e larga experiência. Teve a rara oportunidade, durante longos anos, de conviver nas áreas do Governo, conhecer seus problemas, saber quais as soluções discutidas, quais as soluções encaminhadas e o estado em que estão esses problemas, tanto no âmbito interno como, ainda mais, no quadro internacional em que o Brasil vai se projetando e, à medida em que se projeta, vai tendo que enfrentar novos problemas. Por tudo isso, eu acho que é o General Figueiredo uma figura que se destaca como homem de possibilidades maiores para o desempenho da função de Presidente da República.

Quanto ao Governador Aureliano, creio que os senhores conhecem suas qualidades muito mais do que eu. Professor emérito, engenheiro, político, deputado e agora Governador, sempre se destacou pela sua operosidade, pelo seu caráter, pela sua capacidade administrativa, pelo seu espírito de pacificador, de harmonizador. Está continuando a grande obra que se encetou há alguns anos em Minas Gerais, no desenvolvimento daquele Estado. Está prossequindo essa obra com extraordinário êxito. Minas Gerais está dia-a-dia progredindo e se transformando em um dos maiores Estados do País, não apenas em dimensões geográficas, senão em dimensão econômica. Acho que, na função de Vice-Presidente da República, muito poderá trabalhar no interesse de nosso país e de nosso desenvolvimento.

Ambos estão enquadrados nos princípios que nos norteiam para desenvolver o Brasil, visando dar ao país, rapidamente, um desenvolvimento compatível com o nosso tempo, para que nosso potencial se transforme em poder, que pretendemos e devemos usar em benefício do povo, para melhoria de suas condições gerais de vida, de modo a assegurar o bem-estar que todos ambicionamos. Trata-se não só de desenvolver o país, mas também de assegurar as condições básicas para esse desenvolvimento, entre as quais coloco em primeiro lugar, como a mais importante, a ordem. O Brasil precisa de ordem, precisa de tranqüilidade, precisa de paz interna, para que com isso se possa realmente trabalhar.

Por último, quero acrescentar que na escolha desses dois nomes tive em vista encontrar quem fosse capaz, pela sua mentalidade, pelo seu passado, pelo seu modo de pensar — daquilo que tracei no discurso de 1º de dezembro. Alguém que fosse capaz de, em nosso quadro revolucionário, levar avante o processo de institucionalização, de eliminação das leis de exceção, de obter para o País determinadas salvaguardas que lhe permitam caminhar pacificamente e, dessa forma, fazer com que cada vez mais a nossa democracia, não apenas democracia no papel, mas na vida real, se aprimore, se aperfeiçoe.

Era isso que queria lhes dizer, que queria submeter à consideração da Comissão Executiva para que, por intermédio dela, esse problema seja levado a nosso Partido, na esperança de chegarmos a bom termo.